



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO
inconveniente

A pressão de 2025

A construção civil vai estar sob fogo neste ano de 2025.

O ciclo eleitoral cumpre-se este ano com as autárquicas, com muitas obras para arrancar e outras para concluir, com a corrida dos jovens ao crédito à habitação, beneficiando das novas vantagens para construir e, não menos prioritário, a concentração de esforços para concluir até ao final do ano as obras do PRR.

É um ciclo infernal que, obviamente, não vai dar para tudo.

Os bons sinais da economia estão a levar empresas e particulares a recorrerem mais ao crédito para investirem, sendo que, por exemplo, o saldo dos empréstimos concedidos a particulares dos Açores situou-se em 3.295,3 milhões de euros no final do trimestre de 2024, mais 47,6 milhões que o observado no trimestre homólogo, um crescimento bem significativo.

Vamos ter, portanto, um ciclo de investimentos arrebatador este ano... mas há um problema.

E o problema, gravíssimo, é que não temos recursos suficientes para responder a todos, especialmente quanto à mão de obra.

Há muitos projectos que vão ficar para trás, que não apenas os barcos eléctricos.

Aliás, a pressão é tanta que, como foi justificado pelo governo, as irregularidades cometidas pelo Director Regional da Habitação na recuperação de moradias, com ajustes directos, foi “para não perder tempo”!

Está dado o mote para este ano: não perder tempo!

O problema é que, nesta pressão para cumprir metas, vão todos esbarrar com a falta de mão de obra para tantos projectos.

No resto do país temos o mesmo problema, o que agrava ainda mais a condição dos Açores, porque a procura por mão de obra é mais bem paga na metrópole, condicionando a procura nos Açores.

Pedro Dominginhos, presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, manifestou há poucos dias estas preocupações, porque o problema não está nas candidaturas ao PRR, mas sim na execução física no terreno onde esses desafios são muito maiores, referindo-se à falta de mão de obra e à burocracia relacionada com os concursos de obras públicas.

“Se nós não conseguirmos atrair mais imigrantes para [...] a construção, não vamos ter capacidade para conseguir executar toda a obra que já está lançada e em construção, e aquela que durante o ano de 2025 vai ser posta a concurso”, alertou o responsável.

E explicou: “Vamos ter milhares de casas que vão ser postas a concurso, assim como várias dezenas de centros de saúde,

várias escolas de grande dimensão. Isso significa uma grande exigência do ponto de vista de obra pública, a que se junta também o Portugal 2030, que tem de cumprir 15% de execução até ao final deste ano”.

A outra preocupação com a falta de mão de obra são as eleições autárquicas e a mudança de executivos, que se vai arrastar por meses, atrasando alguns investimentos.

Perante este enorme desafio, o Governo Regional deverá estar mais atento às programações deste ano, pelo que deveria reunir com os municípios e com o sector da construção, com a finalidade de elaborarem um calendário de prioridades e de execuções sem burocracias.

Seria muito penalizador para todos nós se tivéssemos que devolver fundos a Bruxelas por incapacidade nossa.

Mas corremos este risco.

MUITO ALARMISMO - Temos muitas razões para nos preocuparmos com Trump, mas acho que tem havido muito alarmismo nos Açores e em Lisboa com a história das deportações.

Há por aí muito comentário de gente que nem conhece as nossas comunidades e que, quando vai à América, é apenas para as compras nas ‘outlets’.

Os disparates de alguns comentadores foram tantos que até parece que os açorianos que vivem nos EUA são todos criminosos e que vão ser deportados em massa.

A comunidade açoriana é das mais respeitadas no mundo laboral e em todas as actividades americanas, com um contributo extraordinário nos mais variados sectores que enriquecem os EUA.

Vai haver deportados? Claro que sim, sempre houve, não é de agora.

Mas serão deportados apenas aqueles que cometerem crimes ou apanhados sem documentos de permanência.

Em qualquer país é assim, também em Portugal.

Fazer disso uma generalização, até com “planos de contingência” do governo e declarações inflamadas da oposição, é um autêntico absurdo para quem conhece bem a nossa comunidade naquelas paragens.

Os políticos de Lisboa e dos Açores que gastem as suas energias em estabelecer pontes com a nova administração americana, nem que seja para exigirmos o que temos direito pela cedência da Base das Lajes.

O resto é alarmismo bacoco.

Francisco César exige respostas sobre açorianos nos EUA

Francisco César anunciou Segunda-feira que o Partido Socialista requereu a audição parlamentar do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, a fim de aferir a situação da comunidade portuguesa residente nos Estados Unidos, face ao anunciado plano de deportação em massa do Presidente Donald Trump.

Salientando que esta comunidade é, na sua maioria, composta por açorianos, o Presidente do PS/Açores avançou estarem em causa entre mil a cinco mil famílias açorianas que poderão, de um momento para o outro, ter de abandonar os EUA, apelando, por isso, também ao diálogo com o Governo Regional.

“Esta é uma matéria que deve ser

conversada entre todos os partidos políticos, porque o impacto de todos estes Açorianos regressarem à Região tem de ser pensado”, assegurou o socialista, para defender, também, a inclusão do Estado português.

Elencando um conjunto de matérias nas quais já foi possível chegar ao diálogo com o Governo Regional, nomeadamente no que diz respeito à SATA, às Reservas Marinhas Protegidas, em relação à comunicação social ou ao Hospital, Francisco César, que intervinha no âmbito da reunião da Comissão de Ilha do PS São Miguel, manifestou, ainda a sua preocupação face à actual situação financeira da Região.

Frisando serem recorrentes os pagamentos em atraso “a empresas,

associações desportivas, IPSS, mas, também, no próprio Serviço Regional de Saúde”, o socialista lamentou “a gestão irresponsável e sem futuro” por parte do Governo Regional.

“Tivemos no último Orçamento de Estado uma autorização de ajuda aos Açores de cerca de 300 milhões de euros. Isto quer dizer que o Governo Regional, neste momento, tem a capacidade de limpar dívidas no valor de 300 milhões de euros e o que nós estaríamos à espera era que começasse a pagar”, referiu.

Mas, na verdade, conforme prosseguiu o líder socialista, “os estudantes deslocados no continente português continuam sem receber as bolsas que foram prometidas, bem como as célebres passagens prometidas”,

os doentes deslocados com acesso ao complemento do doente oncológico continuam sem receber e até os doentes de Machado-Joseph estão sem tratamento por questões administrativas.

“Este Governo tem que resolver”, afirmou Francisco César, para defender ser isso que se exige ao Governo Regional.

Salientando o aumento dos preços, Francisco César frisou que a resposta do Governo não pode ser a do aumento dos complementos, para apontar que está a “dar com uma mão e a tirar com a outra”, ao negociar “um aumento dos combustíveis, nomeadamente no âmbito da garrafa de gás, que pode chegar a mais de cinco euros”, referiu o socialista.